



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

### **ATA DA SEGUNDA (2ª) SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho.

Aos nove dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quinze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador João Antônio Pires Gonçalves; Secretariada pelo Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, a Segunda (02ª) Sessão Ordinária do Terceiro (3º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 06 de fevereiro de 2015. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ary Augusto Reis de Macedo (01), Benedito José do Couto (02), Cinoê Duzo (03), Daniel Gasparini dos Santos (04), Daniela Dalben Mota (05), Dayane Amaro Costa (06), João Antônio Pires Gonçalves (07), Jorge Setoguchi (08), Laércio Rocha Pires (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Marcos Bento Alves de Godoy (14), Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Cinoê Duzo para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumprida dita providência, o Presidente da Câmara suspendeu a sessão em curso, às 18h40, para explanações da Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento – CFO, Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, acerca do Projeto de Lei nº 10/2015, também com a presença da Procuradora do Município, Dra. Clariana, e da Supervisora de Ensino, Professora Doralice Scaffi. A sessão foi reaberta às 19h34 e, dando por iniciada a parte reservada ao "**EXPEDIENTE**", o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Primeira (01ª) Sessão Ordinária, realizada em 02 de fevereiro de 2015, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores João Antônio Pires Gonçalves e Benedito José do Couto, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 08, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 08/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 08/2015, de igual data, “reestruturando o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 09, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 09/2015, datada de 02/02/2015, objeto do Ofício nº 09/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim a contratar operação de crédito junto ao Banco do Brasil S/A e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei nº 10, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 11/2015, datada de 06/02/2015, objeto do Ofício nº 11/2015, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim a celebrar convênio e posteriores aditivos com o Serviço Social da Indústria SESI/SP, para o fim que especifica”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Projeto de Lei nº 11, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 12/2015, datada de 09/02/2015, objeto do Ofício nº 12/2015, de igual data, “dispondo sobre alteração da Lei Municipal nº 5.023, de 27 de outubro de 2010, que autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim a proceder o parcelamento de débitos tarifários e não tarifários, inscritos em Dívida Ativa, ou não”; (ao exame das Comissões Permanentes); 5. Projeto de Lei nº 12, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 13/2015, datada de 09/02/2015, objeto do Ofício nº 13/2015, de igual data, “dispondo sobre prorrogação de prazo estipulado pela Lei Municipal nº 5.586, de 28 de agosto de 2014, que atribui novas competências ao Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 6. Projeto de Lei nº 14, de 2015, de autoria do Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 14/2015, datada de 09/02/2015, objeto do Ofício nº 14/2015, de igual data, “dispondo sobre permissão de uso, por prazo determinado e sem ônus, de bens públicos que especifica à Secretaria de Estado da Saúde”; (ao exame das Comissões Permanentes); 7. Balancete Mensal da Receita e da Despesa do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE de Mogi Mirim, “referente ao mês de dezembro de 2014”; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). Ainda com os Ofícios nºs. 08, 09, 10, 11, 12, 13/2015, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fossem os Projetos de Lei nºs. 08 e 09/2015 apreciados em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 016 e 017, de 2015, da senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

Stupp, requerendo-lhe cópia dos contratos de prestação e manutenção da frota de veículos, pesados e leves, da Prefeitura de Mogi Mirim, locados e próprios, e os gastos anuais relativos” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que faça um levantamento do investimento que deixou de ser aplicado no carnaval, para que fosse transferido para as áreas de saúde e educação, bem como solicita especificações sobre a aplicação”; nºs 018, de 2015, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, bem como a Secretaria de Captação, Gestão e Controle, requerendo informações a respeito da liberação das verbas destinadas às obras de desassoreamento e revitalização das lagoas do Complexo Lavapés, às obras de infraestrutura do Parque das Laranjeiras e à modernização do abastecimento das águas do município, bem como informe a data prevista para o início de tais obras”; nº 019, de 2015, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe o saldo e as movimentações financeiras das contas dos Conselhos Municipais, em especial, o de Assistência Social”; nºs. 020, 021, 022, 023 e 024, de 2015, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 090/2013, que pediu informações sobre a instalação de banheiro público próximo a academia ao ar livre, no Complexo Lavapés”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado na Requerimento nº 108/2013, para adequação da área, localizada no Espaço Cidadão, para abrigo do terminal de ônibus urbanos da cidade”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado na Requerimento nº 255/2013, para que informe sobre o projeto de pavimentação da estrada interna que liga o Jardim Planalto à Rodovia André Franco Montoro”, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado na Requerimento nº



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

807/2013, para implantação de um playground junto à academia ao ar livre, no Complexo Lavapés” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o solicitado na Requerimento nº 021/2013, para criação de uma equipe permanente para fazer a manutenção e limpeza do Complexo Lavapés”; nºs 028 e 029, de 2015, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações acerca das providências que estão sendo tomadas para viabilizar a falta de caminhão para o Corpo de Bombeiros Municipal” e “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que preste informações sobre a Indicação nº 540/2014, reiterada através do Requerimento nº 669/2014, ambos requerendo a implantação de vagas para estacionamento de motocicletas na Rua Padre Roque, em frente à agência da CEF”; nº 030, de 2015, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, para que informe sobre a falta de farmacêutico responsável na UBS do Horto Vergel”; nº 032, de 2015, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, “seja oficiado o Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, reiterando-lhe o sugerido na Indicação nº 591/2014, para manutenção no alambrado do NIAS”. Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Sr. Prefeito Municipal: nº 32, de 2015, do Vereado Cinoê Duzo, sugerindo, “implantação de iluminação e pavimentação das ruas nas Chácaras Planalto Bela Vista, reiterando a Indicação nº 163/2013”; nºs 034, 042 e 050, de 2015, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, sugerindo, respectivamente, “instalação de academia ao ar livre na Praça Dr. Antônio Rodrigues do Prado, no Parque do Estado II”, “implantação de sinalização e redutores de velocidade, tipo lombada, na Rua São Lázaro, em frente ao nº 183, no Bairro Tucura” e “nivelamento do solo, através da passagem de máquinas niveladoras, nas ruas de terra do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parque das Laranjeiras”; n°s 036, 037, de 2015, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “informações sobre a periodicidade da limpeza das caixas d’águas dos prédios públicos da cidade, especialmente escolas, creches e postos de saúde” e “demarcação na sinalização de solo horizontal, linha contínua, ou tracejada, em toda a extensão da Rua Sebastião Milano Sobrinho, acesso ao Jardim Planalto e Residencial Floresta”; n°s 038, 039, de 2015, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, respectivamente, “término das obras de galerias pluviais na Rua José Polettini, no Jardim do Lago” e “manutenção no pavimento da estrada municipal Sétimo Biazotto – MMR 050”; n°s 040 e 041, de 2015, do Sr. Vereador Luís Antônio Guarnieri, sugerindo, respectivamente, “melhorias nas ruas de terra das Chácaras Sol Nascente” e “melhorias na estrada de terra Rodovia Élzio Mariotoni”; n°s 043, 044, 045, 046, 047, 048 e 049, de 2015, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, sugerindo, respectivamente, “estudos, para instalação de um dispositivo para redução de velocidade na Rua José Mario Barros Milano, no Bairro Altos do Mirante”, “estudos, para instalação de um dispositivo para redução de velocidade na Rua Hubert Bucci, no Jardim Quartieri”, “estudos, para instalação de um dispositivo para redução de velocidade na Rua Panamá, na Vila Dias”, “manutenção em tampa de bueiro, localizado em frente ao n° 10, da Rua José Mário Barros Milano, no Bairro Altos do Mirante”, “instalação de um ponto de iluminação pública na Rua Paraguai, na Vila Universitária”, “instalação de um ponto de iluminação pública na Rua Guatemala na Vila Universitária” e “recuperação no asfalto da Rua Alpheu Brandespin, no Jardim do Lago”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofício n° 01/2015, datado de 06 de fevereiro de 2015, subscrito pelos vereadores membros da bancada do PPS à Câmara de Mogi Mirim, “comunicando a liderança de bancada, Líder o Vereador Laércio Rocha Pires”; (arquite-se); Ofício n°. 006/2015, datado de 09 de janeiro de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

2015, subscrito pelo Sr. Evandro Nobre Cruz, Gerente Regional da Caixa Econômica Federal, “informando sobre contrato de financiamento celebrado com a CEF, com recursos do FGTS”; (arquive-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. A primeira oradora foi a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que abordou o assunto objeto do Projeto de Lei nº 10/2015, a celebração de convênio com o Serviço Social da Indústria – SESI. Ela informou que, numa decisão conjunta, as Comissões Permanentes de Finanças e Orçamento e de Educação, Saúde e Assistência Social tinham decidido emendar a matéria, apresentando duas emendas, as quais traziam segurança para a votação, explicando, igualmente, que a primeira emenda era supressiva ao Artigo 1º, suprimindo, após a palavra “convênio”, o termo “e posteriores aditivos”; e a segunda emenda, aditiva, acrescentando Parágrafo Único ao Artigo 1º, estabelecendo que o convênio tratado teria duração de um ano. Esclareceu ainda, que o Ministério Público – MP recomendava abertura de licitação para aquisição de livros pedagógicos, quando não indicados pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, através do Programa Livro Didático; que uma licitação tinha ocorrido, mas fora suspensa; que a Secretária de Educação, Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, estivera muito empolgada e decidida pelo Sistema Positivo, o ganhador da licitação, mas que, retornando do período das férias escolares, tinha se reunido com onze vereadores e feito o comunicado, de que ela havia sido chamada pelo Prefeito Luís Gustavo Stupp, que lhe impusera o sistema SESI, mais barato que o Positivo, e que, o atropelo para a votação, para que fosse feita rapidamente, não era do Poder Legislativo, nem do Presidente da Câmara, mas sim, do Prefeito Municipal, que nas primeiras semanas de fevereiro, decidira-se pelo menor preço, o do SESI. “Na verdade, nós decidiremos se o critério do valor menor é viável, portanto,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

peço que votemos a emenda, que propõe um ano, para avaliação positiva, ou negativa do sistema SESI, bem como a outra emenda, e eu testemunhei a angustia da Secretária Márcia e é bom que se diga a verdade, sempre a verdade”, ratificou e concluiu sua fala. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que também comentou sobre o convênio com o SESI/SP. Disse que as coisas tinham que ficar claras; que a Prefeitura havia solicitado ao MEC seu desligamento do Programa Nacional do Livro Didático, em abril 2014, portanto, segundo a edil, há dez meses a administração tinha conhecimento da mudança do sistema didático municipal; que, no final do mês de janeiro de 2015, a Prefeitura havia realizado licitação para a contratação de um novo sistema de ensino; que fora o vencedor da licitação do Sistema Positivo; que tal licitação tinha sido cancelada, legalmente, que o Ministério Público tinha feito a recomendação de que uma licitação deveria ser feita, para aquisição de outro sistema educacional, e que, ninguém sabia se o Sistema Positivo iria recorrer judicialmente, haja vista o cancelamento da licitação, na qual tinha sido vencedor. Prosseguindo, relatou que faltando apenas cinco dias para o início das aulas, a Câmara tinha recebido um projeto, para ser votado às pressas, em sessão extraordinária, convocada pelo Presidente; que isso demonstrava falta de planejamento, por parte da administração; que as aulas já deveriam estar planejadas desde há muito; que, certamente, os vereadores teriam que votar a matéria, sem tempo adequado para sua análise; que a qualidade da aprendizagem em Mogi Mirim estava abaixo do nível e o ensino era deficitário; que os professores da rede tomariam conhecimento do novo sistema apenas na próxima quarta-feira, se aprovado pela Câmara; que não existiria tempo hábil para treinamento e adequação dos professores, porque o SESI, se conveniado, faria um treinamento de apenas quatro horas de duração, muito pouco tempo, na opinião da edil e que, estavam brincando mais uma vez com a educação de Mogi Mirim. O próximo orador foi o Vereador Luís Roberto Tavares. Este também falou sobre o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

convênio com o MEC, informando que a mudança de sistema de ensino faria com que a Prefeitura deixasse de economizar quantia significativa, de um milhão e duzentos mil reais a três milhões de reais, haja vista que o programa Livro Didático do MEC era gratuito. “Penso que poderíamos ter economizado e o projeto nos deixa em situação complicada, pois temos que decidir, porque, se não aprovarmos, as crianças não terão o material didático, mas estamos aqui, fomos eleitos para isso mesmo, para tomar a decisão”, ponderou. Prosseguindo, teceu comentários sobre a Contribuição de Iluminação e CIP e o IPTU 2015, aclarando que a contribuição vinha embutida no carnê do IPTU, que estava sendo entregue à população, porém não estava discriminada, e que, conversaria com a administração para que, nas próximas vezes, discriminasse a cobrança da CIP no carnê, a fim de que o munícipe soubesse o que ele estava pagando. Depois, falou sobre as providências que ele estava tomando para a regularização de trezentas e noventa casas, localizadas no Jardim Europa, falando de sua peregrinação até Brasília, da intermediação de Ricardo Piccolomini e do Presidente da OAB local, Dr. André Barbosa, que, novamente, pretendiam ir até Brasília e que, há vinte anos tentava regularizar o Jardim Europa. Falou ainda, do Parque das Laranjeiras, assunto que classificou de ‘novela’, elencando as várias audiências que ele tinha realizado, falando também da promessa do Secretário Municipal de Obras, Wilson Rogério da Silva, de que as obras no bairro teriam início em janeiro 2015, palavra que fora empenhada e que não fora cumprida. “Acreditamos na palavra do Secretário Wilson Rogério, de que as obras começariam, em breve, e já nem faço mais indicações, nem requerimentos, porque não resolvem, mas precisamos tomar uma atitude; eu estou fazendo o possível, ou a administração faz as obras por bem, ou fará na marra, porque ninguém obrigou o secretário a prometer, portanto, nós vamos tratar do assunto e peço o apoio de todos”, explanou e encerrou sua participação. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, que comentou sobre as proposituras que apresentou,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

especialmente, indicação para obras de melhoria nas ruas das Chácaras Sol Nascente, que estavam intransitáveis, bem como para a Rodovia Élzio Mariotoni, em situação bastante precária. Dando prosseguimento, comentou visita que um grupo de vereadores e assessores fez ao Horto Florestal – Zoológico Municipal, espaço que estava fechado há muitos anos e em obras, e de uma reunião com o deputado Barros Munhoz. “Estivemos a Vereadora Maria Helena S. Barros, o Vereador Jorge Setoguchi, o Vereador Cinoê Duzo, os assessores Nelson Victal e Mauro Nunes, e este orador, na cidade de Itapira, no escritório político do deputado Barros Munhoz, PSDB/SP, levando uma solicitação relativa ao Zoológico Municipal, que há muitos anos está parado, sem conclusão da reforma e sem qualquer definição, e o deputado nos prometeu sua interferência junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente, na tentativa de uma vistoria naquele espaço, com rapidez, para que ele possa ser aberto ao público”, explicou. Segundo o edil, o tema segurança foi outro assunto tratado com o deputado Barros Munhoz, que prometeu ajuda à cidade, levando às secretarias competentes a reivindicação de socorro à Guarda Civil Municipal e à Polícia Militar. “A insegurança está se elevando, vemos assaltos cinematográficos e a PM vai de fusquinha, enquanto os bandidos, muito preparados, vão de carro veloz”, salientou. O vereador do PT abordou ainda, questões relativas aos ambulantes, explicando que uma reunião com a categoria tinha sido realizada, na última quarta-feira, e que, outro encontro teria lugar na Câmara, no dia 11, quarta-feira, para discussão da permissão de uso e ocupação do solo, objetivando um denominador comum. “Faremos uma segunda reunião, novamente, na Câmara, uma discussão com todos os municípios envolvidos, vamos convidar também representantes da Prefeitura, para juntos encontrarmos uma saída, porque são necessárias adequações à lei, a fim de que a aprovação da lei seja benéfica para todos e não só para alguns; as barracas de ambulantes se espalharam pela cidade, a Vigilância Sanitária é rígida com as entidades assistenciais, quando de suas festas,



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

mas, muitas vezes, esquece de fiscalizar os ambulantes, logo, é necessário regularizar”, aclarou e finalizou. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, que falou sobre a mudança do sistema didático de ensino em Mogi Mirim. Afirmou que o SESI era um sistema que propiciava um bom ensino, porém que o que mais lhe preocupava e angustiava não era a questão da troca do sistema de ensino, mas sim a forma como a administração propunha, ou seja, rapidamente, sem tempo para maiores estudos. “Poderíamos ter melhores explicações com mais tempo, com a presença dos técnicos do SESI e isto, seria importante para o acompanhamento de todos os vereadores, dos professores e da população e para que votemos com maior segurança; as emendas nos ajudam a sair da saia justa, pois se não votarmos o projeto, os alunos ficarão sem apostilhas e será ainda mais oneroso para o município”, destacou. Falou da necessidade de planejamento e de um cronograma anual, para que o convênio fosse firmado antes e lamentou que o processo fosse assim. Sobre outro assunto, a vereadora parabenizou todos os vereadores presentes na reunião, para estudo dos projetos, realizada na última quinta-feira, também com a presença dos comerciantes ambulantes do município. “Quero parabenizar os onze vereadores presentes e também a presença dos ambulantes, foi quando pudemos discutir e tirar dúvidas, portanto, parabéns aos envolvidos, porque, quanto mais estudamos os projetos juntos, mais ideias surgirão”, pontuou. Por fim, versou sobre o requerimento que apresentou, através do qual solicitou ao prefeito, que revelasse o montante de investimento, que tinha deixado de ser aplicado no carnaval, para que fosse transferido para as áreas de saúde e educação, bem como solicitou especificações sobre a aplicação deste valor. “Peço a garantia de que a verba está sendo aplicada na saúde e na educação, assim como ele nos disse, porque se a cidade não tem cultura, a cidade também está doente – carnaval é cultura popular – mas o ideal é que existam verbas suficientes para todas as áreas; eu quero saber o destino dessa verba, porque ações para ‘inglês ver’, não funcionam mais;



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

quero saber quais os projetos que serão feitos com a economia do dinheiro”, frisou e encerrou. Como o próximo inscrito, Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, desistisse da palavra, ocupou lugar na tribuna o Vereador Waldemar Marcurio Filho. Este também abordou o convênio com o SESI e lembrou a todos que, aprovadas as emendas, o convênio seria por um ano. Também lembrou as palavras do Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, que havia dito, na primeira sessão da Câmara, que nenhum projeto seria aprovado de forma rápida, sem atropelos, e frisou que a culpa pelo atropelo existente advinha do Poder Executivo e, principalmente, da Secretária Municipal de Educação, Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que tinha conhecimento do rompimento do contrato anterior, em abril de 2014, e nada fizera, ou nenhuma providência tomara. “O atropelo vem do Executivo e da secretária de educação, que são os culpados pelo atropelo, pois sabemos que o fim do contrato com o Sistema Positivo se deu em abril de 2014, já era para ter tudo resolvido, mas não; vou votar favorável, porque o interesse maior do Poder Legislativo de Mogi Mirim não é atender a secretária de educação, mas sim beneficiar o município”, sublinhou e finalizou. O próximo orador foi o Vereador Cinoê Duzo, que criticou a administração municipal. Colocou que o novo slogan da administração municipal poderia ser “nada do que está ruim, deixa de piorar”; que não existiam remédios no centro de Especialidades Médicas – CEM; que o Zoológico estava pronto, mas as “antas” não conseguiam reinaugurá-lo; que somente o Mr. M, famoso mágico televisivo, poderia saber o paradeiro dos sessenta milhões de reais que haviam sido prometidos para a regularização do Parque das Laranjeiras; que o Lago do Complexo Lavapés já tinha se tornado um pântano; que a Internet gratuita era apenas falácia; que a promessa de Tarifa Social e de ônibus a um real, para todos os munícipes, não estava sendo cumprida; que a Contribuição de Iluminação Pública – CIP tinha sido outra “brilhante” ideia do Prefeito; que a cidade estava às escuras; que o prefeito não aumentara o IPTU, mas a taxa da CPI, que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

era cobrada da população, era exorbitante; que um poste valia mais que um terreno; que o Prefeito desejava privatizar o SAAE, de qualquer maneira, justamente a autarquia, que não acarretava prejuízos à administração; que, em contrapartida, o prefeito queria municipalizar a merenda, mesmo devendo dois milhões de reais ao fornecedor; que o prefeito tinha o prazer de estragar tudo aquilo que estivesse dando certo na cidade; que a cidade não tinha seu terminal de ônibus e perguntou, por que não implantá-lo no “espaço perdidão”, o Espaço Cidadão; que o PAI do Bairro Linda Chaib, era um posto de saúde gigante, que nunca era inaugurado, mas o prefeito estampava no local uma placa, propagando um atendimento de doze mil consultas/mês; que a Dengue se tornara uma epidemia, que, depois de ter perdido, totalmente, o controle sobre a doença, o Secretário de Saúde, Gérson Rossi, ficava “fazendo uma média” junto à população, limpando focos de proliferação do mosquito, e que, não retirava uma única palavra do que havia dito em tribuna. Para finalizar, empenhou o apoio à classe dos ambulantes, deu parabéns aos feitos do Projeto Social Maguila, localizado na zona leste, e sublinhou que a educação de Mogi Mirim estava uma vergonha e caminhava muito mal. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que mais uma vez falou dos problemas da zona rural, especificamente, o péssimo estado de conservação das estradas vicinais, em terra, numa situação muito complicada de tráfego. “Peço ao Secretário de Agricultura que faça o reparo nas estradas rurais, haja vista que as aulas terão início no dia 19 do corrente mês, e também para o escoamento da produção rural”, frisou. Por fim, registrou indicação que apresentou, sugerindo reparo nas galerias fluviais da Rua José Polettini, no Jardim do Lago, onde o SAAE havia quebrado o asfalto e não concluíra a obra, deixando a continuidade da galeria em vala aberta, razão pela qual pedia providências. O Vereador também comentou a visita feita pelo grupo de vereadores da oposição ao escritório político do Deputado Barros Munhoz, informando que ele também levava reivindicações no tocante à falta de segurança na zona rural do município, problemas, tais como, roubo de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

tratores, de residências e de insumos agrícolas, rogando ao deputado por mais segurança, bem como sua intercessão junto à Secretaria de Segurança do Estado e sua intervenção para o programa de estradas vicinais, visando a ligação do Distrito de Martim Francisco ao trevo da Rodovia SP 340 e até o município de Holambra, pelo Bairro Palmeirinha. O próximo orador a fazer uso da palavra no “Expediente” foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que, igualmente, comentou sobre o Projeto de Lei nº 10/2015. O Vereador agradeceu as explicações técnicas dadas pelas senhoras Doralice Scaffi e Dra. Clariana, mas revelou sua preocupação em relação ao instrumento de convênio, que seria elaborado pelo SESI, assinado pelo superintendente do serviço, depois, encaminhado ao Poder Executivo, visando assinatura, mas somente após a promulgação da lei autorizativa, rito que exigia profunda observação, conforme sua opinião. “É algo perigoso, porque não sabemos qual é o convênio a ser assinado e precisamos tomar cuidado, embora eu entenda que nada existe que desabone o SESI; entendo que o projeto chegou em cima da hora, mas não vou entrar no mérito, se é culpa do Prefeito, ou da Secretária de Educação, Márcia Róttoli Masotti, todavia, com a aprovação das emendas propostas, penso que não vamos ter problemas e, além disso, teremos um ano inteiro para analisarmos se o convênio é benéfico, ou maléfico ao nosso ensino”, aclarou. Disse, que por outro lado, sentia-se tranquilo para votar o projeto em tela, mesmo porque esta era a primeira vez, na atual legislatura, que percebia as comissões sendo formadas por todos os partidos, observando, igualmente, a troca de ideias entre os pares. “O prefeito não vai agir como quer, estou à vontade para votar este projeto com suas emendas, porque confio na análise feita pelas comissões, haja vista que no primeiro biênio desta legislatura os projetos chegavam em cima da hora e vinham com os pareceres prontos; os pareceres eram impostos às comissões e, agora, as comissões foram formadas com a proporcionalidade dos partidos, bem organizados, e, neste caso, podemos votar sem termos muitas preocupações, porque



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

os ajustes foram feitos pelas comissões, então, eu darei um crédito ao SESI, por um ano, e talvez o nível de ensino de Mogi Mirim melhore”, acentuou e encerrou seu discurso. Como o próximo orador, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Laércio Rocha Pires, que criticou a postura de alguns vereadores. Afirmou que as reuniões com alguns vereadores eram, no mínimo, engraçadas, porque estes dormiam, cochilavam e babavam como bebês, durante a troca de ideias, deixando de prestar atenção às falas, mas que, perante os professores presentes nas galerias, estes mesmos vereadores, ou por desconhecimento, ou por terem dormido e perdido parte da reunião, denegriam a imagem dos pares, distorcendo informações, por exemplo, do acordado na reunião da última quinta-feira. Colocou que existiam vereadores que “pulavam como pipoca”, quando constatavam a galeria repleta de munícipes, mas ignoravam completamente o que fora estabelecido em reunião; que isso era o cúmulo do absurdo e perguntou como era possível a pessoa chegar a tal ponto; que isso era incompetência e falta de atenção; que alguns, durante as reuniões, concordavam com todas as disposições, mas, chegando ao Plenário e constatando a população presente, mudavam todo o discurso, voltando na palavra empenhada, sendo contrários a tudo o que fora conversado; que a população devia ter cuidado com tais tipos, os quais “pulavam como pipoca” na frente do público, mas não sujavam os pés de lama, caminhando nos bairros periféricos, que era impossível confiar em tais vereadores, especialmente naquele que não participava de reuniões e naquela que só dormia e babava feito criancinha nova, porque não encaravam a verdade, e que, tudo isso era muito triste e revoltante. “Observem a atitude de cada vereador nesta Casa, porque tem um certo vereador, que na rede social – Facebook, nunca posta nada de bom, nenhuma ideia, ou projeto que apresentou, mas, pelo contrário, só detona quem faz, e eu o desafio para que poste um único projeto de sua autoria”, aclarou o edil do PPS. Afirmou, que o que estavam falando a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

respeito do Zoológico era um absurdo e que, daria mais explicações sobre aquele espaço, durante sua fala, em “Explicação Pessoal”, porque não admitia que um vereador chamasse os funcionários do Horto Florestal de “antas”. “O cidadão que trabalha não é o culpado de o Zoológico ter ficado fechado, praticamente, durante dezoito anos; foi verdadeira falta de respeito para com o ser humano, o cúmulo do absurdo, pois não devemos chamar o funcionário público de “anta”, porque os cidadãos que estão lá, trabalhando, não são os culpados, mas são uns coitados, porque estão lá, empenhados, fazendo até horas-extras para que aquele local seja reinaugurado, e aqui, a pessoa fica dando pancada no coitado, enquanto ele deveria respeitar o ser humano e, principalmente, o funcionário público, nesta Casa, e pergunto por que o vereador sem-vergonha pode falar o que quer nesta Casa e não ir preso, enquanto que o funcionário público, se faz algo errado, ele deve ser preso, então, por que o vereador não é preso?”, destacou. Para concluir, disse que existiam vereadores que preferiam ver o “bicho” de frente, ao invés dos ambulantes, mas que, durante a sessão, faziam “média” e se postavam como “santos”, lembrando, ainda, que alguns, no passado, tinham votado emendas à lei, prejudicando a classe dos comerciantes ambulantes. Ato contínuo, o Senhor Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves solicitou ao 1º Vice-Presidente, Vereador Luís Roberto Tavares, que ocupasse a direção dos trabalhos. O Senhor 1º Vice-Presidente ocupou a direção da Mesa e facultou o uso da palavra ao Vereador João Antônio Pires Gonçalves que, desde logo, disse que certos tipos de atitudes iriam cessar na Câmara Municipal, porque, no máximo, até o mês de março do corrente ano, seria formada a Comissão de Ética da Câmara, composta livre e espontaneamente pelos vereadores. Depois, abordou questões relativas ao Complexo Lavapés – Zerão, narrando que tinha sido procurado por moradores das adjacências, Jardim Nossa Senhora Aparecida, CECAP e Hotel Bristol, os quais tinham reclamado e muito do barulho proveniente de carros, com som alto, principalmente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

durante as madrugadas. “Fui procurado pelos moradores, está impossível dormir naquela região, especialmente, nas madrugadas dos sábados e eu solicito a atenção do Comandante da PM e do Comandante da GM, para que a Lei do Silêncio seja cumprida na cidade, porque já passou da hora, são carros com o som alto e o local é lugar residencial”, explicou. Prosseguindo, a respeito dos ambulantes, disse que concordava com as palavras do Vereador Luiz Guarnieri, no tocante a uma próxima reunião com a classe, e sugeriu que além dos ambulantes e técnicos, fossem também convidados à discussão representantes da Associação Comercial – ACIMM, bem como os próprios comerciantes de Mogi Mirim. “Temos bastantes comerciantes na cidade e será uma oportunidade para debatermos aqui, na Câmara, visando um acordo satisfatório para todos, porque não é pela imposição que devemos agir, mas pelo diálogo, e nós, vereadores, temos tudo para que, nesses dois anos futuros, propiciemos mudanças, para que a população nos veja com outros olhos; cessar de escutar que ‘a câmara é omissa’, mas provar que temos participação nas decisões, e eu quero elogiar a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, pelos questionamentos que trouxe, sei que ficou sexta, sábado e domingo pesquisando a matéria e ela nos trouxe muitas informações”, sublinhou e finalizou participação. Novamente na direção dos trabalhos, o Presidente da Câmara, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, Questão de Ordem, requereu, *conforme estabelece o Artigo 1º, § 1º, I, das Resoluções n.ºs. 135/89, 223/99 e 241/02 da Câmara Municipal, realização da Tribuna Livre entre o “Expediente” e a “Ordem do Dia”, o que foi aprovado, unanimemente, pelo Plenário. O Presidente também deu ciência à Casa, através de sua leitura, do **EDITAL DE CONVOCAÇÃO n.º 01 (um), de 2015, de SESSÃO EXTRAORDINÁRIA** da Câmara Municipal, para a data, 09 de fevereiro de 2015, logo após o encerramento da Segunda (2ª) Sessão Ordinária, em curso, destinada, na “Ordem do Dia”, à discussão e votação, EM TURNO ÚNICO, “**ex-vi**” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

**Interno, do Projeto de Lei nº 10, de 2015**, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o Município de Mogi Mirim a celebrar convênio e posteriores aditivos com o Serviço Social da Indústria - SESI/SP, para o fim que especifica”, juntamente, com emendas, da Vereadora Maria Helena S. de Barros, e parecer, conjunto, das Comissões de Justiça e Redação; de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento, ficando, pois, todos os vereadores **convocados**. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h52, assim como dispõe o Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). No interstício, conforme requerimento verbal do Vereador Presidente, aprovado por unanimidade de votos, o Presidente passou à parte dos trabalhos reservada à “**TRIBUNA LIVRE**”, e deu ciência à Casa da existência de orador, regularmente inscrito, conforme Artigo 116, do Regimento Interno, e Resoluções nºs. 135/89, 223/99 e 241/02. Desta forma, o Presidente da Câmara convidou para que adentrasse ao Plenário o *Professor Newton Magalhães, que abordou assunto do Curso Pré-Vestibular da Paróquia São Joaquim e Santana*, e cujo discurso foi gravado em formato digital, à disposição nos arquivos da Câmara, por trinta dias. Finda a “Tribuna Livre”, o Sr. Presidente da Câmara reabriu a Sessão às 21h45. Decorrido o interstício regimental a que se refere o Artigo 105, do Regimento Interno vigente, e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da “**ORDEM DO DIA**”, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO: “ex-vi” do disposto no § 1º, inciso I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 1. Projeto de Lei nº 02, de 2015, de autoria do Prefeito Municipal, “autorizando o repasse de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para as entidades cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dando outras providências”.



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação; Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, unanimemente, Turno Único, o Projeto de Lei nº 02/2015, do Prefeito Municipal); (à sanção do Chefe do Poder Executivo). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Ocupou a tribuna a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, que versou a respeito do contrato firmado para aluguel de um novo prédio para sede do Poder Legislativo de Mogi Mirim. A vereadora, manifestamente, contrária ao aluguel, solicitou aos pares que trouxessem o assunto à baila e se declarassem, em tribuna, sobre o assunto. “Eu quero falar de um assunto que está na gaveta desta Casa, que é o aluguel de um novo prédio para abrigo da Câmara, e eu acho que todos nós deveríamos nos manifestar, porque eu sei que a Promotora de Justiça substituta ao Dr. Rogério Filócomo, Dra. Patrícia Talilatelli Barsottini, já está recorrendo contra a decisão da Juíza, Dra. Fabiana Garcia Garibaldi, que acatou o recurso da Câmara; eu louvo a atitude da substituta do Dr. Rogério e sei que ele, quando voltar, debruçará sobre o assunto, porque a cidade inteira está estarecida com a atitude desta Câmara, de alugar o ‘Palácio de Cristal’, situado ao lado da Matriz de São José, mesmo porque, Mogi Mirim se encontra em um momento difícil de vida financeira e não é possível contratarmos um aluguel ao custo de vinte e três mil reais, num contrato de quinze anos; as redes sociais não sossegam, cobram-nos, a cada momento, por uma manifestação de posição, portanto, eu peço que revejam a decisão; lembro que o ex-presidente desta Câmara, Dr. José Eduardo da Silveira Pedreira, fez toda a reforma desta Casa, no passado, com os funcionários trabalhando, e a reforma sendo feita, portanto, peço que cada um se manifeste em relação a este assunto, a respeito do qual, eu mesma já me posicionei, mais de uma vez, e repito que eu não vou embora



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

daqui, não vou para a Praça São José; não podemos sair desta Casa, porque, em questão de reforma, tudo é possível de se fazer - hidráulico, elétrico estrutural – e conosco aqui, legislando, trabalhando, discutindo; e fica, então, a minha manifestação sincera e pessoal, determinada e definitiva: não saio daqui, vou continuar aqui, com minha assessora, e a Comissão de Finanças e Orçamento também ficará aqui”, explanou e concluiu. Para responder à Vereadora do PSDB, fez uso da palavra o Vereador Luís Roberto Tavares, lembrando a todos que já se posicionara a respeito, sendo favorável a reforma da Câmara e que os vereadores permanecessem no andar superior do Edifício do Paço, sede do Poder Legislativo Municipal. “Atuar aqui, sempre foi meu sonho e eu o realizei; quando eu fui presidente da Câmara, não consegui fazer a reforma, não se conseguia fazer licitação, havia a falta de um diretor, e a ideia da reforma foi postergada ao próximo presidente, que também não fez; eu fui membro da Mesa Diretiva anterior, assim como a Vereadora Dayane, e nós sempre nos posicionamos contrários à mudança, portanto, devemos ver qual a possibilidade de romper o contrato, para continuarmos aqui”, explicou. Para finalizar, falou das suas proposituras, especialmente, sugestão de dispositivo de controle de velocidade para algumas ruas da cidade e ainda, requerimento para conserto do alambrado do Núcleo Integrado de Ação Social - NIAS. Também usou da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, complementando a fala dos vereadores, que o antecederam, focando no assunto da locação de um prédio para futura sede da Câmara de Mogi Mirim. Explanou, lembrando que o assunto tinha sido debatido, exaustivamente, no ano passado; que, neste ano, com a Casa ainda em recesso, tinha sido feita a assinatura do contrato de locação do prédio, sito ao lado da Matriz de São José; que o povo vivia um ano economicamente difícil, em todos os âmbitos – municipal, estadual e federal – com um PIB fraco, e não existiam boas previsões; que o Município de Mogi Mirim não fugia à regra; que a administração pretendia emprestar mais dezessete milhões de reais, para adequação sistema; que



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

uma nova parceria com os alunos recém-formados da FEA/USP estava sendo desenvolvida, ao custo de quase um milhão de reais; que todas essas coisas eram fruto da má administração financeira que estava ocorrendo em Mogi Mirim e quem pagava a conta era o povo; que Mogi Mirim tinha gastado muito; que estava acontecendo em Mogi Mirim a mesma coisa que tinha ocorrido em Mogi Guaçu, na administração do Dr. Paulinho Barros, que deixara a cidade sem dinheiro, e que, a locação de um prédio novo, mesmo preservado o recinto do Plenário, tombado pelo patrimônio histórico, para realização das sessões, era um plano descabido, e fez cálculos matemáticos, demonstrando que seriam aplicados no aluguel, duzentos e setenta e seis mil reais/ano. “Minha sugestão é uma reforma, ao custo de quinhentos mil reais, porque, com dois anos de aluguel, nós teríamos o montante, novamente, e resolveríamos os problemas desta Casa, pois é inadmissível a locação, na atual conjuntura do município; juridicamente falando, o Procurador Jurídico fez as justificativas e a liminar foi suspensa, mas será que é moralmente correto efetivarmos a locação de um prédio novo para a Câmara, com um aluguel de vinte e três mil reais/mês”, perguntou. “Vamos andar na rua e conseguir olhar os munícipes em seus olhos? E correto? Ou estamos gastando dinheiro a rodo e sem responsabilidade?”, questionou o edil do PT. Para finalizar, rogou ao Presidente da Câmara e a toda Mesa, que houvesse compromisso e responsabilidade com o dinheiro da população, porque, para tal finalidade, é que todos tinham sido eleitos. “É de suma importância que apertemos o cinto e façamos o controle orçamentário, porque o povo é quem vai pagar a conta e sofrer as consequências e nós, vereadores, temos que ter cuidado e reponsabilidade com o povo mogimiriano e não o descontrole orçamentário que temos percebido”, finalizou. A próxima oradora foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que ratificou sua posição contrária ao aluguel do novo prédio para abrigo da sede do Poder Legislativo, já expressa em sessões anteriores, e também afirmou que não compreendia como viável, a Câmara



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

gastar com manutenção e dois prédios, um para abrigo do Plenário, e outro, para abrigo dos vereadores, funcionários e assessores. “Reformar este prédio e adequá-lo, torná-lo totalmente acessível, esta é minha opinião”, frisou. Depois, a vereadora endossou as palavras do Presidente da Câmara, relativo ao assunto por ele levantado, a respeito do barulho no bairro Nossa Senhora Aparecida. Disse que era residente no bairro; que, realmente, havia muito barulho, principalmente nas madrugadas, aos finais de semana, algo muito é difícil; que os moradores já haviam acionado a Polícia Militar e demais autoridades, clamando por providenciais, que nunca eram tomadas; que os carros, com som alto, ficavam estacionados nas calçadas e pessoas urinavam nas portas das residências das famílias, que os vândalos jogavam garrafas na rua e que, eram muitas as reclamações e providências não eram tomadas. “Foi bom o Presidente ter se manifestado, porque é uma força a mais, maior, para trazer a união e tentar resolver a questão, portanto, conte com o meu apoio”, explanou. Para completar as palavras do Vereador Cinoê Duzo, a respeito do PAI 24h, a vereadora do PDT, aluna do curso de especialização em administração hospitalar, informou que a Portaria nº 342, de 4 março 2003, do Ministério da Saúde, estabelecia que as UPAs, de porte semelhante ao PAI de Mogi Mirim, eram classificadas de Porte 1, para cidades de até cem mil habitantes, e que, tais unidades eram capazes de fazer cento e cinquenta atendimentos/dia, logo, quatro mil e quinhentos atendimentos/mês, provando que a propaganda do Prefeito, anunciando um atendimento de doze mil consultas/mês, era totalmente errônea e, além disso, impossível. “O vereador tem razão quando fala que aquela placa não condiz com a verdade, porque é impossível que a unidade atenda doze mil consultas por mês”, destacou e finalizou. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia C. C. Nogueira, que também se posicionou em relação ao aluguel do novo prédio, destacando que a população tinha acompanhado, pelos jornais, a assinatura do contrato e que, os municípios estavam cobrando dos vereadores, na rua, qual a



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

posição adotada por aquele seu representante. Falou que só se colocaria sobre o assunto, em definitivo, quando tivesse o contrato em mãos. “A ata da sessão do dia 1º de dezembro de 2014, traz toda uma discussão sobre o assunto, com a promessa da presidência de que, depois de um valor final, abertas todas as propostas e com o parecer jurídico do Procurador da Câmara, que todos os edis seriam chamados para uma reunião antes da finalização do contrato, mas, durante o recesso, tomamos conhecimento que o contrato foi assinado, sem a prometida reunião, portanto, não foi respeitado o compromisso anterior, lembrando ainda, que o ex-presidente Benedito do Couto, o Dito, faz parte da Mesa atual; sei que a decisão é do Presidente da Câmara, mas recorro a todos, que o Plenário é soberano e tem que ser ouvido e respeitado e não foi, e eu ainda questiono se os duzentos e setenta e seis mil reais/ano, valor anual do aluguel, não seriam melhor aplicados em outro ponto na administração”, ponderou e finalizou sua participação. O próximo orador foi o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, que também falou sobre o novo prédio da Câmara, salientando que faltara coragem aos ex-presidentes, que haviam tido medo de gastar dinheiro na reforma do prédio antigo e depois terem suas contas apontadas pelo Tribunal de Contas – TC. “Sei que são muitas as dificuldades e para se propor a ser presidente, ou prefeito, o cidadão tem que ter condições e capacidade, não digo que não tiveram, mas não pensaram no futuro; o dinheiro deve ser usado onde há necessidade, sem gastos extras e, para a reforma do prédio antigo, se tivermos um laudo técnico e coragem, não existirá TC que aponte nada; faltaram determinação e coragem e não me levem a mal, ou ao meu ponto de vista, pois reafirmo que compromisso exige coragem, porque se trata de dinheiro público e um simples erro pode trazer problemas; sou a favor de que se reforme este prédio, porque o custo será menor e o espaço é nobre, mas sei que existem outras prerrogativas, dizem que o prédio – Palácio de Cristal é de fácil acesso à população, mas é esta, a minha posição”, disse e encerrou o



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

seu discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Cinoê Duzo, para colocar sua opinião relativa ao aluguel do novo prédio. Falou que a questão era polêmica; que os vereadores eram cobrados, diariamente, nas redes sociais; que alguns pontos tinham que ficar esclarecidos, tais como, a citação de que a Câmara tinha votado a decisão e, como era sabido, não houvera votação para tal decisão. “Não votei, mas se houvesse uma votação, eu votaria contra”, frisou. Disse que respeitava a Mesa Diretiva, que tinha autonomia e responsabilidade em assumir a locação, porque era formada de pessoas responsáveis, que sabiam o que faziam, os atos e suas consequências. “A Mesa foi eleita pelos nobres pares, não julgo a decisão tomada, mas não comungo da ideia e sou totalmente contra, o ideal é reformar este prédio”, sublinhou e encerrou. O próximo orador foi o Vereador Jorge Setoguchi, que se posicionou pela reforma do prédio antigo. “Sou favorável a reforma deste prédio, para que continuemos aqui, com condições adequadas e quanto ao aluguel proposto, no final de quinze anos, teremos pago quatro milhões de reais, um valor considerável, portanto, peço ao Presidente da Câmara que Reconsidere sua decisão”, aclarou. O próximo orador foi o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que falou acerca do Projeto de Lei nº 10/2015. Lembrou que a atual Secretária de Educação era a ex-vereadora Márcia Róttoli Masotti que, quando no exercício da vereança, batia na mesa, dava murros no ar, subia no salto e gritava que os então diretores da Prefeitura não tinham empenho, nem pulso e nada faziam direito, e que era muito comum escutar isso. “E achei interessante hoje, porque se o assunto da mudança do sistema de ensino não for importante para a educação municipal, pergunto qual será?”, inquiriu o vereador e lembrou a todos que a Secretária não comparecera à Câmara, mas enviara a supervisora de ensino, Doralice Scaffi. “Ela não veio e mandou a bucha para a Doralice que nos honra, com sua presença, e eu digo à Márcia, que ela fugiu da raia, pois aqui, falava até pelos cotovelos, críticas até exageradas contra Carlos Nelson Bueno e pasmem! Não apareceu aqui, mas



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

conto que venha aqui, na próxima vez”, pontuou. Sobre o aluguel do novo prédio, classificou o assunto de imbróglio, coisa maçante, e disse que estava cansado do assunto. Afirmou que os vereadores deveriam se posicionar, claramente, se favoráveis, ou contrários, lembrou que já tinha se declarado várias vezes, contra a mudança para o novo prédio e contra o aluguel, e respondeu ao Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, dizendo que não tinha sido falta de coragem, mas era questão de momento, recordando, igualmente, que durante a sua presidência ele tinha coordenado a reforma do telhado da Câmara. Recordou também, as legislaturas do passado, com apenas dez vereadores, depois a alteração do número de cadeiras para dezessete, quando os problemas de espaço tinham se iniciado. Destacou que uma reforma, com os trabalhos em andamento e os funcionários laborando, seria impossível, que, de fato, a decisão não tinha passado pelo crivo do Plenário e que, um aluguel de quinze anos eternizaria a Câmara em outro lugar e a Edilidade nunca mais retornaria ao estado anterior, além da altíssima cifra envolvida, totalmente fora da realidade atual e conjuntura do país, que estava “quebrado”. “Presidente, repense e analise, e gostaria que os vereadores se posicionassem, um a um, para esclarecer ao povo, que nos questiona”, sublinhou e finalizou sua fala. Como o próximo orador inscrito, Vereador Benedito José do Couto, desistisse da palavra, ocupou a tribuna o Vereador Laércio Rocha Pires. Este, desde logo, declarou-se favorável ao aluguel do prédio, situado ao lado da Matriz de São José, e lembrou a todos que fora ele, orador, a pessoa que havia chamado a EPTV Campinas para constatar a precariedade das instalações do andar superior do Edifício do Paço Municipal, sede do Poder Legislativo de Mogi Mirim. “A EPTV fez a reportagem que foi ao ar e todos viram a péssima situação deste prédio, vários presidentes anteriores não tiveram coragem de fazer o que o Presidente João está fazendo, inclusive, o ex-presidente Osvaldo declarou que arrumou o telhado, mas ele continua vazando, e também não vejo possibilidade de ampliação de



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

espaço neste prédio, não há sequer uma saída de emergência; a maioria era a favor da mudança, mas agora, ficam usando da tribuna para fazer demagogia, e eu digo que não devemos esperar ocorrer aquilo que aconteceu na cidade de Santa Maria, RS, o incêndio, no prédio sem saída, que vitimou duzentas pessoas”, explicou. Depois falou sobre a reinauguração do Horto e Zoológico Municipal, criticando a autopromoção em tribuna, afirmando que mais de dezesseis anos tinham se passado desde o fechamento daquele local; que os gestores tinham vindo, um após o outro, deixando o local uma ‘espelunca’, mas que, agora, toda a culpa recaia sobre o atual Prefeito Luís Gustavo Stupp, como se tivesse sido ele o responsável por deixar o Horto fechado por tanto tempo. “Não estou aqui para puxar o saco de prefeito, porque eu não ganho para isso, mas o rapaz está correndo faz dois anos, trabalhando, sou testemunha, visito o espaço e sei que os funcionários municipais trabalham lá, faça chuva, ou faça sol, de manhã, à noite e de madrugada, objetivando inaugurar o Horto, enquanto que tem vereador, que vem a esta tribuna, denegrir a imagem dos outros”, colocou. “Dizer que será Barros Munhoz aquele que trará a solução? Ora! Barros Munhoz está há cinquenta anos em São Paulo, na Assembleia, e até agora não tomou providências para que o Horto fosse inaugurado; ninguém teve o capricho, até o presente momento, para reinaugar o Horto e, agora, os vereadores do PSDB e mais meia dúzia vão se reunir com Barros Munhoz para abrir as portas do Horto? Parem com isso! O Prefeito está agindo, com o seu secretário, com os vereadores da base aliada, visando agilidade, enquanto alguns fazem figa para a coisa desandar, mas como tudo está caminhando e a reinauguração será em breve, querem pegar um deputado para dizer que foram eles que reabriram o Horto. É demagogia! Parem com isso, porque aqui, ninguém é tonto”, salientou. “O rapaz, o prefeito, em dois anos, é obrigado a abrir as portas do Horto, porque querem pegar a rabeira da inauguração do Horto, para fazerem sombra com chapéu dos outros e isto, é o cúmulo do absurdo, é jogar baixo com a população e os



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

**Estado de São Paulo**

vereadores da base, é não ter piedade do cidadão, é jogar sujo com o prefeito, lembrando, ainda, que Carlos Nelson Bueno – foi excelente prefeito, na minha opinião, porque deixou o Horto fechado por oito anos, mas buscou a verba da Petrobrás para a reforma do local. O Vereador do PPS também replicou a fala de que a Supervisora de Ensino, Doralice Scaffi, tivesse sido colocada em situação difícil, quando tecera explicações sobre o assunto objeto do Projeto de Lei nº 10/2015, porque muitas reuniões tinham sido realizadas para discussão da problemática, que era de conhecimento dos professores. “Doralice não é coitada não senhor, porque reunião ocorreu aqui, enquanto vereador dormia, babando igual cachorro louco”, sublinhou e concluiu. Também fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho que, diretamente, posicionou-se sobre as questões levantadas. Afirmou que a verba utilizada para reforma do Horto Florestal era oriunda de recurso federal; que lhe causara espanto constatar que até o vereador da sua bancada, membro do PT, estivesse se reunido com um deputado do PSDB, haja vista que o Estatuto do Partido dos Trabalhadores proibia qualquer articulação entre PT e PSDB; que nos seu partido, portanto, existiam dois pesos e duas medidas completamente diferentes, porque quando o seu correligionário praticava algo que feria o estatuto, não era punido, mas ele, orador, sim, e, como exemplo, citou que o Vereador Luís Guarnieri tinha feito composição com o PSDB, apoiando outra candidata à presidência da Câmara, enquanto o estatuto do PT rezava que ele não deveria votar no grupo do PSDB. Depois falou sobre a locação do novo prédio para abrigo da Câmara, explicando que não existia qualquer privacidade no prédio antigo, nem para atender os munícipes, nem para trabalhar. Disse que era totalmente favorável à locação do novo prédio, porque, no antigo, os vereadores não tinham quaisquer condições de trabalho. “O Promotor Dr. Filócomo entende que vereador não precisa de gabinete, mas onde vamos estudar os projetos?”, inquiriu. Ratificou que desejava ter um gabinete para atender os munícipes, ter assessora, que não precisava da vida política para sobreviver,



## CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

mas que gostaria de um mínimo de decência e espaço para trabalhar com dignidade, e que, a hipocrisia na Câmara era grande. “Se a vereadora Maria Helena não quer sair e daqui ninguém lhe tira, então, que fique, enquanto nos mudamos”, sublinhou e concluiu. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal”, o Sr. Presidente determinou fosse guardado um respeitoso MINUTO DE SILÊNCIO pelo passamento do Senhor *José Guidini*. Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente, Vereador João Antônio Pires Gonçalves, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 22h45, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM